

O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA NA RMPA

*Irene Maria Sassi Galeazzi**

Introdução

O presente estudo objetiva ser uma contribuição ao conhecimento sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir de uma análise do trabalho por conta própria em suas especificidades regionais. Essa forma de inserção no mercado de trabalho é responsável por 20% do contingente de ocupados da Região, constituindo-se na mais importante depois do assalariamento. Para esta análise, foram utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)¹ para o período abr./92-mar./94.

O estudo do trabalho por conta própria insere-se na questão mais ampla do setor informal, que tem sido intensamente debatida nos países de desenvolvimento capitalista tardio, tendo em vista seu crescente peso social e econômico. A tônica desse debate tem se colocado especialmente nas conseqüências do modelo de acumulação capitalista adotado quanto à formação e/ou absorção do excedente estrutural de mão-de-obra e à expansão do setor informal como espaço de alocação desse excedente. Surgida no início dos anos 70, a noção de setor informal evoluiu a partir da abordagem neoclássica com uma visão dualista do mercado de trabalho, expressando-se na convivência de dois setores internamente homogêneos: um moderno, de elevada produtividade, e outro atrasado, definido por uma economia de subsistência. Dessa abordagem, presente nos primeiros estudos, o conceito teve um avanço com a introdução da noção de heterogeneidade estrutural. Formulado por Anibal Pinto, o novo enfoque concebe as economias de desenvolvimento capitalista tardio como estruturas produtivas heterogêneas, onde a modernização econômica não gera necessariamente uma homogeneização da estrutura global, o que se expressa na diversidade de formas de inserção dos trabalhadores no processo produtivo (PINTO, 1970). A

* Socióloga da FGTAS/SINE-RS.

A autora agradece aos colegas da PED-RMPA, Carlos Henrique Horn, Miriam De Toni, Marilene Dias Bandeira, Roberto da Silva Wiltgen, Maria M. Driemeier, Wilson Villa, Nilza M.F. Cézar e Tais S. Machado, pela leitura atenta e pelos comentários críticos feitos à versão preliminar deste artigo; à colega Marilene Dias Bandeira também pela valiosa colaboração no tratamento estatístico dos dados.

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) tem por objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento domiciliar sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA). Implantada em abril de 1992 pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), a PED-RMPA é executada mediante convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

evolução do conceito a partir dessa abordagem dá-se com os estudos de Paulo Renato de Souza (1980, 1981, 1985), ao eleger a forma de organização da produção como unidade de análise, ao mesmo tempo em que identifica, no espaço econômico, um núcleo onde as relações capitalistas dominam e um outro segmento, com predomínio da produção mercantil simples (setor informal), subordinado à dinâmica do núcleo capitalista. A produção mercantil simples é definida como forma de organização da produção em pequena escala, caracterizada pela ausência da distinção capital-trabalho (SOUZA, 1981; CACCIAMALI, 1983). Essa interpretação passou a ser dominante na maior parte da literatura sobre o setor informal nos anos 80.²

Mais recentemente, com a emergência de novas formas de organização do trabalho e a inclusão das economias desenvolvidas no debate, nova interpretação é dada ao setor informal, associada, agora, à reestruturação industrial e à redefinição do papel do Estado. O novo paradigma de organização econômica, embasado na noção de especialização flexível, representaria um importante espaço para a pequena produção. Numa interpretação que se opõe à visão assentada na exclusão — setor informal como *locus* de inserção do excedente da força de trabalho —, esse segmento é visto como um caminho de passagem para a modernidade,³ e o trabalhador, como um empreendedor que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente ao trabalho assalariado.

Embora não seja o objetivo do presente estudo aprofundar a análise dessas questões, a adequação de uma ou outra abordagem do setor informal e, no seu interior, do trabalho por conta própria é ainda muito polêmica e certamente será diferenciada em função do contexto histórico em que se inserir. Ou seja, na análise das realidades históricas concretas é onde se desvenda, finalmente, o caráter assumido pelas atividades informais. Nesse sentido, e não obstante a natureza dos dados analisados não conter elementos suficientes para afirmações conclusivas, é possível contribuir para essa reflexão através de um melhor entendimento da estrutura do trabalho por conta própria, como um segmento do setor informal, sempre que possível confrontado às condições presentes no segmento assalariado da População Economicamente Ativa.

Assim, a análise desenvolve-se, num primeiro momento, no sentido de dimensionar essas atividades e estabelecer sua importância no conjunto da ocupação, para, em seguida, descrever o perfil do trabalhador nelas inserido e examinar as condições em que o mesmo desenvolve seu trabalho.

1 - O perfil do trabalhador por conta própria

Esta seção trata da caracterização da ocupação por conta própria na RMPA, identificando o perfil do trabalhador. Para tanto, foi utilizado um conjunto de informações, gerado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, referente ao período de abril de 1992 a março de 1994.

² Um estudo da evolução das formulações teóricas sobre o conceito de setor informal encontra-se na obra **A Produção Não Capitalista: Uma Discussão Teórica** de Beatriz R. Z. de Azevedo (1985), onde a autora faz uma análise exaustiva das principais questões debatidas na literatura brasileira sobre o tema.

³ "Em uma espécie de etnocentrismo às avessas, o setor é visto como a panacéia para a solução dos países em desenvolvimento". (AZEVEDO, 1993).

O trabalho urbano por conta própria é, aqui, definido como o exercício de uma atividade econômica em pequena escala, caracterizada pela participação direta do proprietário no processo produtivo, ou seja, sem separação entre o trabalho direto e a gestão do negócio e onde o proprietário lança mão do trabalho de familiares ou de ajudantes apenas como extensão de seu próprio trabalho. Alia-se a essa característica o fato de a pequena escala permitir que, mesmo fragmentando as tarefas, o trabalhador e seus ajudantes mantenham o conhecimento e o controle do processo produtivo como um todo. Nesse sentido, compõem o contingente estudado o trabalhador autônomo⁴ e o dono de negócio familiar.

Nessa condição, encontra-se uma expressiva diversidade de situações, decorrente dos tipos de ocupação existentes e dos graus de desenvolvimento das pequenas unidades econômicas. O conjunto de dados analisados não capta toda essa diversidade. No entanto os indicadores disponíveis permitem construir um quadro geral revelador das condições de vida e de trabalho dos indivíduos ocupados por conta própria.

1.1 - O perfil segundo atributos pessoais

A RMPA possui um contingente de 251.900 trabalhadores por conta própria, representando um quinto do total de ocupados no mercado de trabalho da Região e constituindo-se no segundo maior grupo de trabalhadores, conforme posição na ocupação, suplantado apenas pelos assalariados.⁵ Dos trabalhadores por conta própria, dois terços são homens e quase 60% são chefes de domicílio. Os jovens são pouco expressivos entre os conta-própria, verificando-se maior concentração nas faixas etárias acima de 25 anos. O nível de escolaridade desses trabalhadores é pouco elevado: 78,2% possuem apenas até o primeiro grau completo (Tabela 1).

Esse perfil do trabalhador por conta-própria reflete, em traços mais gerais, a estrutura da força de trabalho regional, encontrando-se, todavia, algumas especificidades importantes, quando comparado ao perfil do assalariado.

Assim, na distribuição por sexo, revela-se uma participação relativa masculina mais forte frente ao conjunto dos assalariados. Dentre os últimos, os homens representam 62,4%, proporção que sobe para 66,5% entre os trabalhadores por conta própria.

Coerentemente com a distribuição por sexo, identifica-se a presença majoritária de chefes de domicílio: 58,9%. Não deixa, no entanto, de ser expressiva a presença dos indivíduos que ocupam, no domicílio, a posição de cônjuge (23,7%). Os filhos e outros moradores são minoritários no conjunto dos trabalhadores por conta própria, enquanto entre os assalariados eles superam os 30%.

⁴ Diferentemente de outras fontes de dados, como, por exemplo, o IBGE, na categoria trabalhador autônomo não está incluído o profissional universitário autônomo, cuja condição de inserção no mercado de trabalho segue uma lógica essencialmente diferente das outras categorias típicas do auto-emprego.

⁵ Na RMPA, enquanto os trabalhadores por conta própria constituem 20,0% do total de ocupados, os assalariados chegam a 67,1%. As outras categorias definidas por posição na ocupação têm participações menos expressivas: empregados domésticos, 6,2%, e a categoria outros (empregadores, profissionais universitários autônomos e trabalhadores familiares sem remuneração), 6,7%.

Tabela 1

Estimativa e distribuição dos assalariados e dos trabalhadores por conta própria, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr./92-mar./94

ATRIBUTOS PESSOAIS	ASSALARIADOS (1)		TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA (2)	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Total	844 538	100,0	251 900	100,0
Sexo				
Homem	526 992	62,4	167 514	66,5
Mulher	317 546	37,6	84 386	33,5
Idade				
De 10 a 17 anos ..	49 828	5,9	6 549	2,6
De 18 a 24 anos ..	179 886	21,3	23 679	9,4
De 25 a 39 anos ..	379 198	44,9	111 340	44,2
De 40 anos e mais.	235 626	27,9	110 332	43,8
Posição no domicílio				
Chefe	418 891	49,6	148 370	58,9
Cônjuge	157 084	18,6	59 700	23,7
Filhos	212 824	25,2	31 991	12,7
Demais membros ...	55 739	6,6	11 839	4,7
Escolaridade				
Sem escolaridade..	20 269	2,4	11 336	4,5
1º grau incompleto	363 996	43,1	134 515	53,4
1º grau completo..	167 219	19,8	51 136	20,3
2º grau completo..	205 223	24,3	46 350	18,4
3º grau completo..	86 987	10,3	8 313	3,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

(1) Exclui os que não sabem se é setor público ou privado. (2) Engloba as categorias de trabalhador autônomo e dono de negócio familiar.

Este último fato se revela também através do exame da variável idade. Os jovens de 10 a 24 anos perfazem apenas 12,0% dos trabalhadores por conta própria, havendo concentração nas faixas etárias de 25 a 39 anos (44,2%) e de 40 anos e mais (43,8%). Dentre os assalariados, 27,2% são jovens entre 10 e 24 anos. Esses dados mostram que a entrada no mercado de trabalho, na RMPA, se faz, prioritariamente, pela via do assalariamento, o que é característico de regiões com maior desenvolvimento industrial.⁶

⁶ Em estudo comparativo sobre o trabalhador por conta própria em quatro regiões metropolitanas brasileiras, Ana Flávia Machado mostra, através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE) para o ano de 1985, que, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre, o percentual de trabalhadores por conta própria com idade entre 10 e 19 anos era de 3,64% e 4,46% respectivamente, enquanto nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Recife, com um desenvolvimento industrial menor que o verificado nas duas primeiras, esse percentual se eleva para 8,89% e 9,81% respectivamente (MACHADO, 1993).

No que diz respeito à escolaridade, mais da metade desses trabalhadores ou não concluiu o primeiro grau (53,4%) ou não tem escolaridade (4,5%). Apenas 20,3% concluíram o primeiro grau, e 18,4% possuem o 2º grau completo. O confronto com o perfil escolar do assalariado mostra que essa concentração nos níveis de menor escolaridade é mais acentuada entre os conta-própria, assim como é mais restrita a presença de indivíduos com curso superior completo. Desse modo, 24,3% dos assalariados têm o segundo grau completo, e 10,3% concluíram o 3º grau, enquanto entre os conta-própria esses percentuais são de 18,4% e 3,3% respectivamente. A inserção nas atividades típicas do auto-emprego parece ser uma alternativa, sobretudo para indivíduos com condições de escolaridade mais precárias, cuja posição relativa é desfavorável, principalmente no mercado de trabalho formal.

1.2 - Distribuição setorial dos trabalhadores por conta própria

A distribuição setorial dos trabalhadores por conta própria difere do perfil da estrutura da ocupação na RMPA, exceção feita ao setor serviços, caracterizado por forte participação de trabalhadores em ambas as situações.⁷ Nesse setor, estão ocupados 47,1% do total de trabalhadores e 46,1% dos conta-própria. O comércio é o segundo setor que mais concentra trabalhadores por conta própria (24,7%), diferentemente da estrutura global da ocupação na RMPA, onde os trabalhadores do comércio perfazem 16,0% do total. A indústria e a construção civil têm uma participação mais modesta, conforme dados da Tabela 2. No caso da indústria, é possível que as exigências de maiores recursos financeiros para instalação dessas atividades sejam responsáveis pelo menor número de indivíduos nelas inseridos.

A distribuição setorial, examinada segundo atributos pessoais, repete a concentração em serviços para todos os grupos populacionais: por exemplo, 45,2% dos homens e 48,0% das mulheres encontram-se ocupados no setor serviços. Esse setor absorve, também, a maior proporção de indivíduos em todos os níveis escolares, principalmente os dos níveis mais elevados. É interessante observar-se como cresce o percentual de indivíduos ocupados no setor serviços à medida que aumentam os níveis de escolaridade, chegando a 64,2% dos que têm terceiro grau completo. Quanto à posição no domicílio, serviços absorve um percentual nunca inferior a 45% de todos os tipos de moradores, sendo mais expressivo no contingente dos que ocupam a posição de filhos (47,6%).

No comércio, por seu turno, estão alocados, em proporção mais expressiva, indivíduos com níveis intermediários de escolaridade: 26,3% dos que têm primeiro grau completo e 30,8% dos que têm segundo grau completo. Também é proporcionalmente maior a participação das mulheres (27,6%) frente à dos homens (23,3%), fato corroborado na análise por posição no domicílio, onde se destaca a proporção de cônjuges (29,7%).

⁷ A distribuição do total de ocupados na RMPA por setor de atividade econômica, para o período estudado, é assim configurada: serviços, 47,1%; indústria, 24,0%; comércio, 16,0%; serviços domésticos, 6,2%; e construção civil, 5,9%

Na indústria, a presença feminina é ainda mais acentuada: aí estão ocupadas 23,6% das mulheres e apenas 9,5% dos homens que trabalham por conta própria. Esse é o único setor onde o contingente feminino é maior: dos 35.721 indivíduos ocupados por conta própria na indústria, 55,8% são mulheres. Reafirmando esse dado, o percentual de cônjuges ocupados nesse setor é de 23,9%, enquanto cada uma das outras categorias (chefes, filhos e demais moradores) não chega a atingir 15%. Esse fato pode ser explicado pela incidência de mulheres que se dedicam a atividades produtivas que podem ser desenvolvidas no âmbito do domicílio, articuladas e integradas aos afazeres domésticos. A possibilidade de integrar a atividade econômica na dinâmica da vida familiar é o grande atrativo dessa forma de ocupação para a maioria das mulheres que a ela se dedicam. Muitas dessas atividades são escolhidas por serem familiares à sua condição de mulher e por se adequarem ao espaço domiciliar. É o caso da artesã, da produtora de malhas à mão ou à máquina, da produtora de bijouterias, atividades que tradicionalmente fazem parte do universo feminino, assim como costurar ou cozinhar (BRUSCHINI, RIDENTI, 1993).

Tabela 2

Estimativa e distribuição dos trabalhadores por conta própria, segundo atributos pessoais e setores de atividade econômica, na RMPA — abr./92-mar./94

ATRIBUTOS PESSOAIS	TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA			
		Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil
Total					
Número	251 900	35 721	62 273	116 239	34 037
Percentual	100,0	14,2	24,7	46,1	13,5
Sexo					
Homem	167 514	9,5	23,3	45,2	20,3
Mulher	84 386	23,6	27,6	48,0	(1)
Idade					
De 10 a 17 anos ..	6 549	16,9	24,2	37,9	18,0
De 18 a 24 anos ..	23 679	14,3	23,5	46,9	13,3
De 25 a 39 anos ..	111 340	15,9	26,3	42,9	13,9
De 40 anos e mais..	110 332	12,3	23,5	49,7	12,9
Posição no domicílio					
Chefe	148 370	10,2	23,7	46,3	18,3
Cônjuge	59 700	23,9	29,7	45,1	(1)
Filhos	31 991	14,3	21,6	47,6	14,1
Demais membros ...	11 839	14,4	20,4	46,3	16,5
Escolaridade					
Sem escolaridade..	11 336	12,1	22,7	33,9	26,7
1º grau incompleto	134 515	14,2	22,5	42,0	19,6
1º grau completo..	51 136	14,7	26,3	51,4	6,8
2º grau completo..	46 350	14,0	30,8	52,3	2,0
3º grau completo..	8 313	14,3	19,3	64,2	(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Trabalhadores por conta própria engloba as categorias de trabalhador autônomo e dono de negócio familiar.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

No extremo oposto quanto à participação nos diferentes setores de atividade segundo o sexo do indivíduo, encontra-se a construção civil, onde é praticamente nula a participação de mulheres, enquanto aí estão ocupados 20,3% dos homens. Outro aspecto marcante desse setor é a ocupação de indivíduos com os mais baixos níveis educacionais, absorvendo proporções elevadas de trabalhadores sem escolaridade ou com primeiro grau incompleto e apresentando percentuais inexpressivos dos outros níveis, movimento exatamente inverso àquele apresentado pelo setor serviços.

Da mesma forma que na distribuição total, na setorial percebe-se concentração nas duas faixas de mais idade para todos os setores de atividade, em especial na faixa etária de 25 a 39 anos. No setor serviços, a concentração maior está na faixa de 40 anos e mais.

Ainda que o trabalho por conta própria se caracterize por um alto grau de heterogeneidade, algumas poucas ocupações ou grupos ocupacionais concentram quase a metade desses trabalhadores: donos de negócio comercial (13,6%), pedreiros, pintores e assemelhados (11,3%), vendedores e balconistas (11,9%), donos de negócio no setor serviços (9,8%) e ambulantes (2,1%) perfazem 46,6% dos trabalhadores por conta própria. Agregando-se costureiras, motoristas, cabeleireiras, donos de negócio no setor industrial e trabalhadores na fabricação de calçados, chega-se aos 70,0% do total da ocupação por conta própria.

2 - As condições de trabalho e renda

As condições em que os trabalhadores por conta própria exercem sua atividade foram examinadas através de algumas variáveis disponíveis no questionário padrão da PED, que permitem compor um quadro de como vivem e trabalham esses indivíduos, quais sejam: jornada de trabalho, contribuição à Previdência Social, tempo de permanência na atividade e rendimento.

2.1 - Rendimentos do trabalho por conta própria

O perfil da renda dos ocupados por conta própria é construído através dos rendimentos médio e mediano reais desses trabalhadores, considerando o trabalho principal⁸ e enfocando o conjunto dos atributos pessoais e os setores da atividade econômica onde estão inseridos.

⁸ Conforme a metodologia da PED, o trabalho principal é definido como aquele ao qual o indivíduo dedica maior número de horas, ou, em caso de jornadas equivalentes, aquele que proporciona maior renda. Trabalhos adicionais que o indivíduo eventualmente tenha, e que são captados no levantamento realizado, não foram considerados para o presente estudo.

O rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, a valores de fev./94, é de CR\$ 136.735,00, aproximadamente 17% menor que aquele verificado para os assalariados no mesmo período — CR\$ 163.878,00 (Tabela 3). O rendimento mediano, que corresponde a 68,5% da média, mostra o baixo nível de remuneração de grande parte do contingente dos trabalhadores por conta própria. Metade desses trabalhadores auferem rendimentos que não ultrapassam 2,2 salários mínimos, situando-se em nível inferior ao dos assalariados.

Tabela 3

Rendimento médio real total e por grupo e rendimento mediano dos assalariados e dos trabalhadores por conta própria na RMPA — abr./92-mar./94

RENDIMENTOS (1)	RENDIMENTOS DO TRABALHO PRINCIPAL			
	Assalariados		Trabalhadores por Conta Própria	
	Média	Índice (2)	Média	Índice (2)
Rendimento médio	163 878	100,0	136 735	100,0
Grupo 1 (3)	48 900	29,8	28 278	20,8
Grupo 2 (4)	84 819	51,8	68 626	50,4
Grupo 3 (5)	139 577	85,2	123 776	90,8
Grupo 4 (6)	382 556	233,4	324 158	238,0
Rendimento mediano	105 500	64,4	93 690	68,5

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

NOTA: Nos rendimentos do trabalho principal estão excluídos os assalariados e os trabalhadores por conta própria que não tiveram renda no mês.

(1) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em cruzeiros reais de fev./94. (2) Índice: base 100 = rendimento médio da respectiva coluna. (3) Corresponde aos 25% do total de trabalhadores com rendimentos mais baixos. (4) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano. (5) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano. (6) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

O exame dos rendimentos médios de grupos de trabalhadores agregados segundo sua remuneração permite observar alguns fatos importantes. Em primeiro lugar, confirma os baixos níveis de remuneração do trabalho por conta própria, ao mostrar que o rendimento médio de todos os grupos é inferior ao verificado para o conjunto dos assalariados, conforme atestam os dados da Tabela 3. Mostra, também, que apenas o Grupo 4, que representa os 25% com maiores rendimentos, apresenta rendimento médio acima da média total. Em segundo lugar, revela uma distribuição dos rendimentos mais desigual, quando comparada à dos assalariados, uma vez que a amplitude entre os rendimentos médios dos Grupos 1 e 4 é menor entre os últimos. Assim, enquanto entre

os assalariados o rendimento médio do Grupo 4 corresponde a 7,8 vezes o rendimento médio do grupo 1, essa relação sobe para 11,5 entre os trabalhadores por conta própria. Esse fato decorre do nível do rendimento médio dos grupos de menor rendimento (Grupos 1 e 2), que se apresenta mais elevado entre os assalariados.

Ao contrário do que ocorre com os assalariados e com o conjunto dos ocupados, os quais apresentam maiores rendimentos médios nos serviços e na indústria de transformação (DE TONI et al., 1993), é no comércio que se verifica o rendimento médio setorial mais elevado para os trabalhadores por conta própria — CR\$ 152.684,00, de acordo com a Tabela 4. Nesse setor, também é registrada a jornada média mais elevada, o que pode estar influenciando os melhores níveis de renda. Segue-se ao comércio o setor serviços, onde está concentrado o maior contingente de trabalhadores por conta própria (116.239 indivíduos), com um rendimento médio real de CR\$ 142.838,00. Os demais setores apresentam rendimento médio inferior ao valor médio total, sendo o mais baixo deles encontrado na construção civil — 22,3% menor que o rendimento médio total.

Tabela 4

Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, segundo o setor de atividade no trabalho principal e os atributos pessoais, na RMPA — mar./92-fev./94

(CR\$)					
RENDIMENTO MÉDIO REAL					
ATRIBUTOS PESSOAIS	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil
Total	136 735	120 086	152 684	142 838	106 305
Sexo					
Homem	159 339	178 468	176 684	171 135	106 228
Mulher	93 526	74 782	112 526	92 801	(1)
Idade					
De 10 a 17 anos ..	43 000	26 993	42 929	48 125	45 037
De 18 a 24 anos ..	109 005	73 835	133 863	118 718	70 584
De 24 a 39 anos ..	144 251	123 843	158 789	154 221	112 405
De 40 anos e mais ..	140 824	132 960	157 690	142 307	113 288
Posição no domicílio					
Chefe	161 929	167 039	181 256	170 684	113 160
Cônjuge	96 136	78 756	117 748	92 321	(1)
Filhos	104 697	88 896	108 646	117 424	73 821
Demais membros	112 870	127 152	116 086	116 304	86 576
Escolaridade					
Sem escolaridade ..	66 009	39 557	78 674	55 957	82 453
1º grau incompleto ..	103 696	82 778	115 939	105 361	102 343
1º grau completo ..	151 044	128 665	166 332	152 800	130 798
2º grau completo ..	210 852	205 913	219 142	207 364	190 009
3º grau completo ..	283 852	290 024	257 669	290 369	(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Trabalhadores por conta própria engloba as categorias de trabalhador autônomo e dono de negócio familiar.

2. O rendimento médio real exclui os indivíduos que não tiveram remuneração no mês, e o inflator utilizado para o cálculo foi o IPC-IEPE, com valores em cruzeiros reais de fev./94.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

As diferenças de inserção dos grupos populacionais no mercado de trabalho refletem-se aqui em diferenciais de rendimento bastante significativos. Assim, por exemplo, o rendimento dos homens fica em patamar superior ao da média (CR\$ 159.339,00), enquanto o das mulheres atinge apenas 68,4% desse indicador (Tabela 4).

Essa relação pode ser observada em todos os setores de atividade econômica, com destaque para a indústria de transformação, onde, apesar de constituírem a maioria dos trabalhadores, as mulheres auferem os seus mais baixos níveis de renda (CR\$ 74.782,00, ou seja, 54,7% do rendimento médio total). Cabe destacar que, ao contrário, é na indústria que se observa o mais alto rendimento médio dos homens.

Quanto à idade, os rendimentos são mais elevados para as faixas etárias com idade superior a 25 anos, em especial para a de 25 e 39 anos (CR\$ 144.251,00). Abaixo dessa idade, os rendimentos observados situam-se aquém da média, sendo que, para a faixa dos menores de 18 anos, o rendimento médio é de apenas CR\$ 43.000,00 (31,4% do valor do rendimento médio total). Na indústria, a relação entre esses indicadores é direta: quanto maior a idade do trabalhador mais alto o rendimento.

Na análise por posição no domicílio, constata-se que os rendimentos dos chefes são os únicos que se encontram acima do valor médio total e atingem os maiores valores no comércio (CR\$ 181.256,00). Os cônjuges, em sua maioria mulheres, encontram-se no extremo oposto. Nas atividades de comércio, os cônjuges ultrapassam ligeiramente o rendimento médio dos filhos e obtêm seus valores mais elevados (CR\$ 117.748,00). Por seu turno, os que ocupam a posição de filhos, auferem seus maiores rendimentos no setor serviços (CR\$ 117.424,00).

Por fim, da mesma forma que a escolaridade se constitui em elemento facilitador da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, também influi diretamente nos níveis de rendimento dos trabalhadores por conta própria — quanto maior o grau de escolaridade maior o rendimento. Os diferenciais entre os níveis de escolaridade são bastante significativos: para os que não têm escolaridade ou têm apenas o primeiro grau incompleto (ao todo 57,9% dos trabalhadores), os rendimentos ficam aquém do valor médio total. A partir do primeiro grau completo, os rendimentos posicionam-se acima da média, com uma variação positiva de mais de 30% a cada novo grau concluído. Assim, o rendimento médio dos que têm o terceiro grau completo chega a CR\$ 283.852,00, como pode ser visto na Tabela 4. Essa relação se observa em todos os setores de atividade econômica, sendo que, no setor serviços, o diferencial entre os extremos é mais intenso.

2.2 - Tempo de exercício da atividade

As informações disponíveis revelam que mais de um terço dos trabalhadores exercem sua atividade a menos de um ano (34,4%), ou seja, há grande presença de novas iniciativas autônomas e uma rotatividade bastante elevada. Como mostram os dados da Tabela 5, à medida que aumenta o período de tempo de exercício, diminui o percentual de indivíduos ocupados: para o período de um ano até menos de três anos, esse percentual cai para 20,8%, e entre três anos e menos

de cinco a mais em 12,3%. Verifica-se, pois, que mais da metade desses trabalhadores estão a menos de três anos nesse tipo de atividade. No outro extremo, atividades com cinco ou mais anos de existência, mais consolidadas, agregam um volume significativo de trabalhadores (32,5%). Esses resultados podem indicar o grau de dificuldades para a permanência do trabalhador em uma atividade por conta própria e/ou o caráter temporário da atividade para boa parte do contingente que se ocupa autonomamente.

Tabela 5

Distribuição percentual dos trabalhadores por conta própria, por tempo de exercício da atividade, segundo o setor de atividade econômica e o sexo, na RMPA — abr./92-mar./94

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	TEMPO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE			
	Menos de 1 Ano	De 1 a Menos de 3 Anos	De 3 a Menos de 5 Anos	De 5 Anos e Mais
Total	34,4	20,8	12,3	32,5
Homem	34,1	19,2	11,9	34,7
Mulher	34,9	24,0	13,0	28,1
Indústria	40,3	21,1	12,6	26,0
Homem	29,3	22,0	14,1	34,6
Mulher	49,0	20,4	11,5	19,1
Comércio	26,2	24,1	15,8	33,9
Homem	24,7	22,3	15,8	37,2
Mulher	28,7	27,0	15,9	28,4
Serviços	29,5	21,0	12,1	37,4
Homem	28,5	19,4	12,0	40,1
Mulher	31,4	23,9	12,2	32,5
Construção Civil ..	59,7	13,9	6,4	20,0
Homem	59,7	13,7	6,5	20,1
Mulher	(1)	(1)	(1)	(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Trabalhadores por conta própria engloba as categorias de trabalhador autônomo e dono de negócio familiar.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tal padrão de distribuição do tempo de permanência na atividade, observado para o total dos trabalhadores por conta própria, sofre pequenas alterações, quando se examina o corte setorial. Na indústria, o percentual dos que estão na atividade a menos de um ano é de 40,3%, enquanto apenas 26,0% atingem o período de cinco anos ou mais. Na construção civil, isso é mais intenso: 59,7% estão a menos de um ano, e somente 20,0% exercem a atividade a cinco anos ou mais. No comércio e em especial nos serviços, esse padrão se inverte, apresentando maior percentual na faixa de tempo que indica maior consolidação, ou seja, cinco anos e mais (33,9% e 37,4% respectivamente).

Em qualquer um dos setores econômicos, são os homens que apresentam os maiores percentuais na faixa temporal de cinco anos ou mais, sendo o mais expressivo verificado no setor serviços (40,1%). As mulheres concentram-se nas faixas dos que exercem sua atividade a menos de três anos. É possível que entre as mulheres seja mais intensa a inserção temporária em atividades econômicas por conta própria do que entre os homens. Na indústria, onde são a maioria, 49,0% delas estão na faixa de menos de um ano. O maior percentual de mulheres exercendo sua atividade a cinco anos ou mais é observado no setor serviços (32,5%), onde se encontram atividades vinculadas aos afazeres domésticos, tais como faxina, elaboração de alimentos congelados, costura, etc.

2.3 - Jornada de trabalho

A jornada média total desse segmento ocupacional, considerado apenas o trabalho principal, é de 45 horas semanais, duas horas mais extensa do que aquela verificada entre o conjunto dos assalariados (43 horas). Metade dos trabalhadores por conta própria (49,7%) estendem sua jornada no trabalho principal além das 44 horas referidas constitucionalmente para os assalariados.

De acordo com a Tabela 6, essa elevada jornada média é sustentada principalmente pelo comércio, onde 61,2% dos indivíduos aí ocupados trabalham mais de 44 horas e onde a jornada média atinge 52 horas semanais. Nos demais setores, a média oscila entre 43 e 44 horas semanais, e o percentual dos que trabalham mais de 44 horas não ultrapassa 46,4%.

Os dados mostram, ainda, que os homens trabalham, em média, mais horas por semana do que as mulheres: sua jornada é de 47 horas semanais, enquanto a das mulheres fica em 41 horas. Essa diferença se faz presente em todos os setores de atividade econômica, sendo mais intensa nos serviços. Nesse setor, os homens trabalham, em média, 47 horas semanais, e as mulheres, 38 horas, constituindo-se na mais baixa jornada média feminina entre os diversos setores econômicos. Também o percentual de indivíduos com jornada superior a 44 horas é menor entre as mulheres, ficando em torno de 36% para a maioria dos setores. A exceção é o comércio, onde 53,1% das mulheres nele ocupadas trabalham mais de 44 horas semanais. Entre os homens, esse percentual nunca é inferior a 45,6%, chegando a representar, no comércio, dois terços dos trabalhadores aí ocupados.

Tabela 6

Horas semanais trabalhadas pelos assalariados e pelos trabalhadores por conta própria, por setor de atividade econômica do trabalho principal e sexo, na RMPA — abr./92-mar./94

SETORES DE ATIVIDADE	ASSALARIADOS	TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA		
		Total	Homem	Mulher
TOTAL				
Média	43	45	47	41
Percentual dos que trabalham acima de 44 horas	32,0	49,7	53,3	40,4
Indústria de transformação				
Média	43	43	47	40
Percentual dos que trabalham acima de 44 horas	32,7	44,4	53,3	37,3
Comércio				
Média	46	52	54	48
Percentual dos que trabalham acima de 44 horas	48,3	61,2	66,0	53,1
Serviços				
Média	41	44	47	38
Percentual dos que trabalham acima de 44 horas	28,0	46,4	52,3	35,5
Construção Civil				
Média	---	43	43	(1)
Percentual dos que trabalham acima de 44 horas	---	45,5	45,6	(1)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

NOTA: Trabalhadores por conta própria engloba as categorias de trabalhador autônomo e dono de negócio familiar.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

2.4 - Previdência social

A condição de trabalhador por conta própria contém uma relação especial com a previdência social. A cobertura previdenciária não é um dado como para o trabalhador assalariado, mas decorre de um ato deliberado do trabalhador no sentido de providenciar sua inserção como contribuinte autônomo. Para tanto, é necessária consciência dos benefícios, conhecimento dos procedimentos necessários e, finalmente, recursos financeiros que permitam a manutenção mensal da contribuição.

Os dados da Tabela 7 mostram que a contribuição à previdência é baixa entre os trabalhadores por conta própria na RMPA — apenas 41,9% deles declaram contribuir para a previdência. Observa-se que a contribuição é maior entre os homens do que entre as mulheres (45,7% dos homens contra apenas 34,4% das mulheres). Também é mais expressivo o percentual de contribuição dos grupos de mais idade, aumentando à medida que avançam as faixas etárias.

A responsabilidade sobre o grupo familiar parece, também, constituir um elemento decisivo para a contribuição: os chefes de domicílio são os que apresentam o percentual mais alto de contribuição na comparação com os outros moradores (48,7%). Outro atributo definidor nessa questão é a escolaridade, onde se observa uma relação direta: conforme avançam os níveis escolares, aumenta a contribuição à Previdência, chegando a 66,2% para aqueles que têm curso superior.

Tabela 7

Distribuição dos trabalhadores por conta própria, segundo a contribuição para a previdência social, por atributos pessoais, na RMPA — abr./92-mar./94

ATRIBUTOS PESSOAIS	TOTAL	CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA (%)	
		Sim	Não
Total	251 900	41,9	58,1
Sexo			
Homem	167 514	45,7	54,3
Mulher	84 386	34,4	65,6
Idade			
De 10 a 17 anos ..	6 549	1,7	98,3
De 18 a 24 anos ..	23 679	25,4	74,6
De 25 a 39 anos ..	111 340	41,1	58,9
De 40 anos e mais.	110 332	48,7	51,3
Posição no domicílio			
Chefe	148 370	48,7	51,3
Cônjuge	59 700	35,4	64,6
Filhos	31 991	26,8	73,2
Demais membros ...	11 839	30,7	69,3
Escolaridade			
Sem escolaridade..	11 336	20,1	79,9
1º grau incompleto	134 515	34,3	65,7
1º grau completo..	51 136	47,6	52,4
2º grau completo..	46 350	58,7	41,3
3º grau completo..	8 313	66,2	33,8

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

NOTA: Trabalhadores por conta própria engloba trabalhadores autônomos e donos de negócio familiar.

3 - Considerações finais

O quadro do trabalho por conta própria na RMPA, delineado a partir deste estudo, mostra uma realidade pouco diferente daquela que a literatura, de maneira geral, aponta para esse segmento em países de desenvolvimento capitalista tardio.

O perfil do trabalhador por conta própria caracteriza-se pela presença majoritária de homens, chefes de domicílio e indivíduos de faixas etárias mais elevadas (a partir

de 25 anos de idade). Essas características definem, em geral, o que se considera a mão-de-obra primária do mercado de trabalho: trabalhadores com responsabilidades por parcela importante do sustento do domicílio e que sofrem uma pressão maior para permanecerem na condição de ocupados. A baixa escolaridade completa o perfil desse contingente, mostrando um trabalhador que enfrenta mais riscos no mercado de trabalho, dado que a escolaridade funciona como um facilitador de entrada.⁹

O trabalhador por conta própria enfrenta uma extensa jornada média de trabalho, mais longa que a dos assalariados, e auferir rendimentos significativamente menores. Poucos contribuem para a previdência social, o que pode ser decorrência, dentre outros fatores, do tempo de inserção na ocupação, que, para mais de um terço dos trabalhadores, é uma realidade recente (menos de um ano). Esses aspectos conferem a essa forma de inserção no mercado de trabalho um perfil bastante precário, apesar de seu peso no conjunto da ocupação — 20% da força de trabalho da RMPA.

Essa precariedade não é condição exclusiva do trabalho por conta própria. Mesmo que, na comparação, os assalariados tenham condições médias superiores àquelas vividas pelos que se inserem em atividades por conta própria, não se pode dizer que elas sejam satisfatórias. Nessa medida, a inserção em atividades típicas do auto-emprego pode parecer uma resposta dos trabalhadores às condições oferecidas pelo mercado de trabalho, como os baixos salários pagos àqueles que têm poucas qualificações a oferecer ou, ainda, a desregulamentação do trabalho em inúmeros segmentos de atividades de baixa qualificação, deixando os trabalhadores a descoberto da legislação. A fuga à submissão frente a regras e hábitos requeridos para um emprego formal é outro componente do elenco de razões para a ocupação por conta própria.

No entanto, sem a pretensão de ser conclusivo e tendo presente a diversidade de situações contidas nessa categoria, este estudo mostra que, no conjunto, o trabalho por conta própria na RMPA oferece piores condições ao trabalhador do que o assalariamento, sugerindo que a inserção de boa parte dos indivíduos nessas atividades se dá menos por escolha e mais por constituir-se numa alternativa possível diante de um mercado de trabalho com poucas oportunidades.

De fato, no contexto econômico brasileiro, a informalidade é uma característica do desenvolvimento capitalista tal como este se deu, caracterizando-se por forte exclusão de parcela importante da população, tanto do mercado de trabalho moderno capitalista como dos próprios benefícios gerados pelo desenvolvimento. Essa situação agrava-se por aspectos conjunturais associados aos efeitos e aos mecanismos de combate à crise da economia. Com o prolongamento dessa crise e diante da precariedade dos mecanismos de proteção do trabalhador, a inserção por conta própria no mercado de trabalho transforma-se em alternativa de sobrevivência para uma parcela expressiva de trabalhadores, ampliando consideravelmente esse segmento do mercado de trabalho.

⁹ Os dados da PED-RMPA mostram que o desemprego é tanto menor quanto maior for o nível de escolaridade dos indivíduos (De TONI et al., 1993).

Bibliografia

- ABREU, Alice Rangel de Paiva, SORJ, Bila (1993). Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas - uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice R. de Paiva, SORJ, Bila org. **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.
- ALE SIEDE, Mario (1994). **O trabalho informal: o estudo dos camelôs de Porto Alegre**. Porto Alegre: IFCH-UFRGS. (Tese de mestrado em sociologia - mimeo)
- AZEVEDO, Beatriz (1993). A pequena produção manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.1.
- AZEVEDO, Beatriz (1985). **A produção não capitalista: uma discussão teórica**. Porto Alegre: FEE. (Teses, n.10)
- BRUSCHINI, Cristina, RIDENTI, Sandra (1993). Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo. In: ABREU, Alice R. de Paiva, SORJ, Bila org. **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fund Ed.
- CACCIAMALI, M. Cristina (1983). **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: FIPE.
- CACCIAMALI, M. Cristina (1989). **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: FEA-IPE/USP. (mimeo)
- DE TONI, Miriam et al (1993). O mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, v.14, n.2.
- FEBRES, Vanessa Cartaya (1988). **El sector informal urbano: la controversia alrededor de la definición y utilidad del término**. Barquisimeto-Venezuela: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS)/Fundación Friedrich Ebert. (mimeo).
- MACHADO, Ana Flavia (1993). **Trabalhador por conta própria: heterogeneidade e desigualdade de renda em Regiões Metropolitanas**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. (mimeo).
- PERO, Valéria, URANI, André (1994). Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho? **Archétypon**, v.2, n.5.
- PINTO, Anibal (1970). Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina. **El Trimestre Economico**. México, v.37, n.145, jan./mar.
- PRANDI, José Reginaldo (1978). **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo.
- SORJ, Bila (1988). Camelôs: o sonho perseguido. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.8, n.47.
- SOUZA, Paulo Renato (1985). **Sector informal: evaluación crítica después de 10 años**. Campinas: UNICAMP/IE (versión preliminar para discusión - mimeo).
- SOUZA, Paulo Renato (1981). Emprego e renda na pequena produção urbana no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo: USP/IPE, v.11, n.1.
- SOUZA, Paulo Renato (1980). **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado).